

# Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



*Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência  
da Anistia em Portugal.*

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM Nº 7 — JANEIRO DE 1962

## Não clamareis em vão!

Continuamos publicando as cartas das patriotas portuguesas, presas pela PIDE.

Queridas Amigas:

Pouco tenho para contar. Só que aos 24 anos, e desde os 20, estou presa! Só que no meu país desejar Paz e Amor é ainda o crime mais grave; só que estar preso por isso corresponde à imposição de viver anos interminados numa cela, estanque a tudo menos ao arbítrio, cinicamente premediado e sem limites, que quer dar negação à própria vida e o dá à liberdade, aos anseios, ao trabalho verdadeiro, ao convívio da família e dos amigos e de tudo e todos mais.

Para mim, será sempre a negação do desespero. Que os sofrimentos aqui fiquem; e eu que fique também. Entretanto, hei-de ter cabeça e coração que bastem para saber sempre que traição seria negar ou camuflar que esta perseguição, o desprezo pelos anseios de todo um povo a sua própria sobrevivência, impõem que o crime que consiste em querer viver feliz num país feliz continue a praticar-se, mesmo aqui, até que enfim, se ajustar, conquistada, a lei da verdadeira vida.

Estou presa há três anos e meio. Mas foi sob o temor da prisão que aprendi, de pequena, a amar meus pais. Perseguidos políticos, a vida de sacrifícios, sobressaltos e fugas a que foram forçados, bem cedo nós soubou ao convívio uns dos outros.

A infância foi sem pais — incompleta. Depois tinha eu então doze anos, ambos foram presos. No princípio foi a desorientação por não os ter e quase instintivo receio pelo que lhes pudesse acontecer. Era grande o amor e grande a dor. vaga a ideia da razão por que assim era.

Mas foi preciso querer saber tanta coisa e ter de deixar a escola; querer trabalhar e não encontrar emprego; querer comer e não ter o quê; foi preciso saber que a vida que era a minha e era de imensa multidão de jovens atraídos como eu para que a razão dos pais presos ficasse clara. E passei a amá-los mais.

Tive só a intenção de ser tão digna como eles. E fui presa pela polícia política, numa manhã de Novembro de 1957. Meia dúzia de armas apontadas, gritos descontrolados, insultos ameaças, mil e uma precauções de segurança para uma só quase-mulher, franzine e calma e de braços pendentes. Durante 5 meses interrogatórios con-

tantes para que denunciasses os companheiros: Três anos de prisão preventiva, depois um julgamento em que foram repetidos pelo juiz os insultos policiais e imposta a proibição de sequer os contestar com factos; de afirmar, com factos, que é à vida subhumana que querem votar o meu país; de provar, com factos, que é pelo direito e não pela força que queremos conquistar Paz, Amor e Liberdade. "Não tem interesse algum", porque a condenação já está dada. São dois anos de prisão para os quais não conta, embora metade do tempo de detenção sofrido. Mas há de pois as "medidas de segurança" — liberdade virá para nós quando a lei do ódio não for lei. O Povo do meu país, os Povos do mundo inteiro o imporão.

Até lá, a vida que terei é só exemplo. E é exemplo menor: para os outros, muitos mais. meus companheiros de luta e de prisão, bem maior é o sofrimento. Porque, é certo, tenho 24 anos. O resto: o noivado interrompido. O meu noivo... vê-lo não, escrever não: é proibido. Os amigos, estejam perto ou estejam longe nem sequer podem nomear-se; é proibido. Ver a mãe por entre vidros e grades, a metro e meio de distância, sorrir sempre e não falar do dinheiro de que precisa, dos carinhos que lhe faltam e o mim também, das saudades e da impotência que apertam o coração. "Tudo bem." "Não custa nada." Porque ela ficaria triste e há o guarda entre nós. O meu irmão pequenino cresce, está já mais alto que eu. Não sei se um palmo se meio: a distância não permite medições. Diz que ele é bom e forte. Mas como posso saber? Eu de cá, ele de lá, ficamos quase mudos durante toda a visita. Estes guardas, estas grades, esta irmã que não conheço; e eu não sei se falar para a criança que de cá para um homem.

Em verdade, a mim não custa, podeis crer. Mas a mãe que triste veio porque há dias, novamente, não deixaram que entregasse duzia e meia, de lozarias. "Uma dúzia, nem mais uma", é tudo quanto basta a um preso político. A revista de modas e uns poemas de amor também não puderam entrar. Vêm os óculos, o segundo par de óculos sucessivamente comprados por receita do médico da cadeia. Nenhum serve. "E' só presa, esta mulher": para quê perder tempo a saber se sofre de miopia ou se o que tem é astigmatismo? Para quê investigar uma doença de garganta se não é caso de morte? Emagrece de mês para mês. Mas que importa? Ainda não está à morte.

A camisola tricotada para o meu irmão não pode sair daqui: é proibido. E uma história para crianças, feita por uma companheira sobre um voo com rumo às estrelas, também não é proibida.

E' proibido dizer numa carta para a familia que a esperança de voltar para junto dela é uma constante. E' proibido dizer-lhe que um nosso companheiro está doente e não é tratado, foi espancado ou está a pão e água no "segredo". E' proibido dizer que a razão foi só ter escrito sobre um prato o nome próprio. Não va'e a pena esperar pelo Natal e Ano Novo para abraçar a familia: mesmo uma vez por ano é proibido abraçá-la. Foi proibido dizer que é injusta a proibição e que queremos que a levantem: deu dois meses sem visitas. Punese a cadeia inteira por que, enfim, tem coração. E' proibido tentar saber quem foi preso. No carro celular que passou no pátio há pouco pode ter vindo o meu pai, outros pais, outros irmãos ou maridas — tantos deles perseguidos, perseguidos, só por serem portugueses. Se aqui estão presos também jamais poderão sobrigar-se: é proibido. E' proibido cantar, é proibido rir alto. Proibido trabalhar. Preso político: é proibido viver.

Não aceito! Nem que morra na prisão.

a) *Ivone Dias Lourenço*

As palavras não são capazes de exprimir os momentos dolorosos que tenho vivido, unicamente porque eu e meu marido, abraçámos a causa do Povo, da Paz e do Amor entre os homens.

Há já quatro anos que me encontro encarcerada, sofrendo tôda a sorte de arbitrariedades e injustiças.

Obrigada, em 1945, a mergulhar na clandestinidade com uma filhinha de três meses, vi-me forçada, para defender a sua vida, a separar-me dela poucos meses depois. O que esta separação representou para mim de dor e amargura só uma mãe o poderá avaliar.

Em 1951, meu marido caiu na prisão onde foi mantido durante seis longos anos, apesar de ter sido condenado em três. Quando suponha que poderia parcialmente refazer a minha vida destroçada, realçando a companhia de meu marido e de minha filha, fui presa a 27 de Maio de 1957, três meses após a libertação de meu marido. A 12 de Maio de 1959, meu marido volta para os cárceres salazaristas.

Desde aí vivemos na mesma cadeia, por vezes no mesmo corredor, mas não podemos nunca ver-nos — ordens emanadas da PIDE! Insisti para que me fosse autorizada uma visita em comum, mas nada demoveu a desumanidade da PIDE. Nem nas datas universalmente festivas como o Natal, Ano Novo e Páscoa, abranda a crueldade do regime prisional a que eu e todos os meus companheiros estamos sujeitos. Até mesmo a restrita correspondência com meu marido (uma

carta por semana) cuja autorização foi arrancada ao cabo de muitos protestos baseados num direito consignado na Reforma Prisional está sujeita a intercepções.

Minha filha cresceu e vive longe, privada do amor dos pais. Tem hoje 10 anos. Visita-me quinzenalmente num parlatório constituído nos moldes dos que são usados para os presos comuns de difícil correcção. As visitas em comum estão totalmente proibidas. Não foi sem um debate de consciencia que aceitei a sua visita nestas desumanas condições, pois sabia que elas se reflectiriam penosamente na sua formação de adolescente. Durante três anos privei-me de sua presença mas esperei, em vão, que os meus protestos fossem ouvidos. Ver a minha filha naquelas condições ou não a ver — eis o dilema que se me colocava. Hoje, todos os momentos que com ela passo me deixam cheia de apreensões. Para minha mãe, já muito idosa e doente, são emocionantes as visitas no parlatório por isso, é praticamente obrigada a não as realizar.

Os primeiros 6 meses de prisão vivi-os em digno isolamento, dos quais os primeiros quinze dias na incomunicabilidade. Já cumpri a pena a que fui condenada — dois anos e meio de pena maior — e cerca de um ano de "medidas de segurança".

Mas tôda esta situação não me abate moralmente — sei que uma nova alvorada rairá. A Paz será conquistada, o Amor entre os homens uma constante a engrandecer e a tornar feliz a minha terra.

a) *Aida de Freitas Loureiro Magro*

Queridas Irmãs:

Operária da indústria manufactora de calçado, comecei a trabalhar aos treze anos de idade, acompanhando assim hora a hora a vida difícil e angustiada de meus companheiros de trabalho — que era também a minha própria vida.

Presa em 2 de Dezembro de 1958, não é esta a primeira vez que sofro a crueldade de um regime odioso que encontra no encarceramento de valerosos patriotas o meio de impedir a sua acção pela libertação do povo português.

Aos vinte anos, a prisão (a que haveria de seguir-se um longo periodo de vinte anos de clandestinidade) significou para mim, a par do sofrimento físico e moral, o sufocar doloroso, violento, de tôdas as aspirações e anseios queridas a uma jovem daquela idade. Então fui julgada e condenada em doze meses de prisão — "por ser menor" — ao fim de dezoito meses de cadeia.

Vinte anos depois, mais próxima e integrada nos graves problemas que me rodeiam e afligem o povo do meu país, de que sou parte, a prisão, além de me privar de tudo o que me era querido, significou para mim o corte brusco, violento, a perda de continuidade de minha vida afectiva, feliz e agradável, inifinitamente grata ao meu coração e à minha sensibilidade de mulher.

Encontro-me presa há 29 meses. O meu julgamento, realizado cerca de 15 meses após a prisão, caracterizou-se, como tantos outros, pelo insulto do tribunal à minha dignidade, quer pelas perguntas de tipo provocatório, quer pela forma como fui sistematicamente impedida de fazer a minha defesa. Com efeito, tudo quanto quiz explicar, desde a forma violenta, como se deu a minha prisão, na companhia de minha mãe (a PIDE entrou subitamente em minha casa por meio de arrombamento e tivemos de enfrentar uns tantos agentes de pistola em punho), à razão por que era julgada — o facto de serem negados aos portugueses os mais elementares direitos — não foi ouvido nem tido em consideração pelo tribunal que acolheu, no entanto, a acusação mentirosa feita pela própria policia salazarista que me prendeu. E assim fui condenada em dois anos e meio de prisão maior com as habituais "medidas de segurança", ou seja, a possibilidade de continuar indefinidamente na prisão não se sabe até quando. Acresce ainda que fui levada a tribunal sem que me fosse permitido consultar o meu advogado anteriormente, o que poud fazer apenas por escassos minutos, no próprio momento do julgamento e no próprio tribunal. Tudo isto que há cerca de dois anos e meio se vem passando com outros presos, dado que a PIDE só concede entrevistas entre estes e seus advogados na sua própria sede, poderá dar uma ideia bem relevante da parcialidade com que são julgados os presos politicos em Portugal.

A data da minha prisão, a minha saúde encontrava-se bastante abalada pelos constantes sobressaltos e insegurança que a dura vida clandestina comporta, e particularmente atingido, por enfraquecimento, o sistema nervoso o que me causa um quase permanente cansaço cerebral, dores na cabeça, etc., com todos os seus reflexos negativos. Tudo isto me torna por vezes penoso o simples esforço de escrever uma carta, ler o jornal, etc. Só à força de drogas consigo vencer a permanente insónia nervosa de que há muito venho sofrendo. Sofro além disto de avitaminose, anemia, perturbações ginecológicas de origem nervosa, segundo opinião médica. O meu deficiente estado de saúde foi apresentado em tri-

bunal por meio de atestado médico, passado no Instituto de Profilaxia Mental (Júlio de Matos), não hesitando o juiz Silva Caldeira em afirmar que o tribunal, sendo benévolo, me dava aquela condenação "para que me curasse das duas doenças, a nervosa e a outra".

O ambiente prisional, com tôdas as suas graves consequências, motivadas pelas muitas injustiças e repressálias que se sofre e vê sofrer, tem contribuindo para um maior agravamento do meu sistema nervoso que a falta de assistência psiquiátrica impede de ser tratado. Desde há cerca de ano e meio não mais me foi permitido voltar à consulta do hospital Julio de Matos. Na cadeia não há, neste momento, qualquer assistência psiquiátrica.

Seria impossível não se sentir, nesta situação, uma crescente tensão nervosa. O estar-se encarcerada numa cadeia fascista, particularmente nas condições graves que estamos a viver no meu país que tornam cada vez mais dura a vida dos presos, significa o sentir-se e o acompanhar-se o desenrolar constante de muitos e dolorosos problemas que ferem a sensibilidade humana. Pode deixar de sentir-se um intenso sofrimento, por exemplo, ante os castigos que atiram, quando calha, companheiros de prisão para o "segredo", onde permanecem dias seguidos a pão e água, em condições bárbaras e desumanas que arruinam a saúde e são vexatórias para quem as suporta? A instabilidade causada por este e por muitos outros exemplos que constituem motivo de inquietação e ansiedade, não é por vezes visível, mesmo para quem a sente. Mas ela grava-se no mais íntimo do nosso ser e dificilmente se apagará.

Muito e muito mais teria a desabafar, desde as saudades sempre crescentes do meu querido marido, que muito amo e quero, ao sofrimento moral que me causa ver a minha mãe, com 63 anos de idade, extremamente doente e cuja vida foi sempre uma vida de sacrificio, metida na prisão onde o mesmo regime de medidas de segurança a fará passar alguns dos últimos anos de vida. Tudo isto é para mim, e a todo o momento, motivo de forte tensão emocional. Tudo isto; porém, não esmorece a minha confiança em dias melhores. Cá longe, por detrás das grades que me cercam, acompanho, em pensamento embora, todos os homens e mulheres de boa vontade e os seus passos decisivos na grande caminhada que há-de conduzir o meu país a uma era de paz e amizade e o povo a uma vida feliz ardentemente desejada.

a) *Aida da Conceição Paulo*

# Grandiosa Manifestação em Almada

O jornal clandestino "Avante!" órgão do P. C. P. publicou este relato dos acontecimentos de novembro passado e que mostra ao mundo a heroica resistência do povo de Portugal às bestiais investidas dos sicários de Salazar.

As grandiosas manifestações de todo o heroico povo da Almada nos dias 11 e 14 ficarão gravadas para sempre na história da luta contra o fascismo.

Na noite de dia 10 tinham sido presos vários trabalhadores, mas isso não impediu que no dia 11, cerca de 18 horas, se concentrassem na Cova da Piedade mais de 2.000 trabalhadores que iniciaram uma manifestação a caminho de Almada, onde aí já eram uns 5.000 ou mais. Em determinada altura, deparou-se-lhes uma barreira de 15 PSP que pretenderam agredir o povo e sustar a manifestação, mas a polícia foi derrotada e forçada a fugir em debandada, com alguns deles bastante machucados.

A irresistível manifestação prosseguiu, juntando-se a ela grande número de mulheres e até crianças. Das portas e das janelas batiam palmas e aplaudiam e todos cantavam e gritavam em coro: "Liberdade!", "Abaixo Salazar e a tirania!", "Que regressem os soldados!", "Fora Salazar!", etc.

Um segundo choque com as forças repressivas deu-se perto do "Atlético de Almada", onde mais uma vez elas foram dominadas. Quando a manifestação se aproximava da Academia Almadense surgiu grande força conjunta (PIDE, GNR e PSP) armada de metralhadoras, mas as massas não recuaram e continuaram avançando ao grito de "Abaixo o medo!", "Não há medo!". Travou-lhe então, durante cerca de meia hora, longa e heroica luta, em que as massas recorriam às pedras e a tudo o que podiam para se defenderem das arremetidas da repressão e libertar, lutando com a polícia, todos os que aquela pretendia encarcerar. A manifestação e os choques com as forças repressivas prolongaram-se durante cerca de duas horas.

## UM JOVEM OPERARIO ASSASSINADO

Impotentes para conter as massas, os oficiais fascistas deram ordem para metralhar o povo, dizendo o sub-chefe: "Matam-se uns e os outros abalam." Perante as continuas rajadas de metralhadora, o povo, que pedia armas, mas não as tinha, foi forçado a dispersar, mas um seu companheiro o operário corticeiro Cândido Martins Capi é fera morto, assassinado por uma das rajadas do sub-chefe ou do sargento Alves.

O assassinato, a repressão, símbolos da "ordem" fascista reinante, tinham de deixar o seu rastro sanguinário na heroica manifestação do povo trabalhador de Almada. O jovem operário enfileira no lado das centenas de mártires que deram as suas vidas pela liberdade e a independência da nossa Pátria.

Muitos populares ficaram feridos, um deles gravemente, mas diversos agentes das forças policiais ficaram inanimados e tiveram de ir para o hospital. Como disse um dos manifestantes: "Levámos muita porrada, mas desta vez demos muito mais". Tal afirmação é bem a certeza de que a metralha e os assassinatos não poderão paralisar ou sustar a crescente disposição de luta das massas, como os acontecimentos posteriores vieram confirmar.

## AS HEROICAS MANIFESTAÇÕES NO DIA 14

No dia 14 dia fixado para o funeral do camarada assassinado, Almada foi ocupada militarmente por grandes forças da PIDE, GNR e PSP vindas de Lisboa, Setúbal, Barreiro, Seixal, etc. Só a brigada móvel da PSP contava 200 policiais. Todas estas forças repressivas, juntamente com os carros de assalto, os jeeps a cavalaria, as metralhadoras e granadas de mão, criaram um verdadeiro aparato de guerra com o objectivo de apavorar o povo. Mas o povo não se intimidou.

As 15 horas, hora fixada para o funeral, o largo de Cacilhas estava repleto duma multidão que transportava milhares de ramos de flores. Encontravam-se ali numerosas mulheres, crianças e delegações de trabalhadores vindos de todos os pontos da margem sul, de Lisboa, do Algarve e outras regiões. Grande número de trabalhadores das principais empresas de Almada (Arsenal, Pary-Sun, Olho de Boi, etc.) cesaram o trabalho da parte da tarde e só não houve paralização total porque as gerências ameaçaram despedir os que abandonassem o trabalho.

Temendo a acção e indignação do povo, a PIDE tenta ludibriar 2 irmãos da vítima propondo-lhes que o cadáver seja sepultado em Lisboa. Tal intento é repellido e como o tempo passa e o corpo do jovem mártir não aparece (pois a PIDE rou-

(Conclui na pág. 7)

# Justiça Salazarista

Aos movimentos pro-Anistia denunciámos este exemplo de como funciona o sistema judiciário fascista de Salazar.

Foi há pouco aposentado a seu pedido, o Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Secção Cível), Dr. Eduardo de Sousa Monteiro.

A Censura não permitiu que tal notícia fosse publicada.

Porquê? Eis a explicação.

O Dr. Sousa Monteiro era, sem dúvida, o Juiz mais competente e mais sério do Supremo Tribunal de Justiça. Nas suas mãos corriam vários processos, em que o Estado era interessado, e o Governo recendo que a isenção e a sua independência fizessem com que as decisões a proferir lhe fossem desfavoráveis, congeminou o seguinte estratagemma. Mandou que o Secretário do Conselho Superior Judiciário, um Juiz da 1.ª Instância da 2.ª classe de nome Lufinha lhe endereçasse um ofício vexatório com críticas e descabidas e injustas a sua actuação como Juiz no Supremo. O Dr. Sousa Monteiro, afrontado na sua dignidade, fez aquilo que os seus adversários secretamente pretendiam: foi-se embora.

Por outro lado, o Governo também queria que o Dr. Sousa Monteiro e outros Juizes sérios e independentes da Secção Cível do Supremo se fossem embora, para lá colocar alguns "meninos bonitos" da Situação, mais amoldáveis aos seus desejos. Além do Dr. Sousa Monteiro, outros Juizes do Supremo receberam ofícios vexatórios do tal Lufinha, mas só o Dr. Sousa Monteiro reagiu indo-se embora.

Isto tudo mostra o estado miserável a que chegou a Justiça com Salazar.

As nomeações e as promoções fazem-se no Terreiro do Paço, por meio de empenhocas e cunhas. O resultado é que o Supremo Tribunal de Justiça é na sua maioria, constituído por Juizes sem independência e sem imparcialidade. Existe um espião do Governo no Supremo Tribunal de Justiça, que é o Dr. Furtado dos Santos, antigo acusador e carrasco no Plenário de Lisboa, e agora guindado a Procurador Geral da República!

Os Juizes do Supremo decidem na grande maioria dos casos, e salvo raras e honrosas excepções, que constituem uma minoria, de harmonia com as recomendações do Governo, transmitidas pelo Furtado dos Santos, nos assuntos em

que o Governo está interessado, ou segundo as "cunhas" dos influentes da Situação, nos outros. No Supremo Tribunal de Justiça a regra é esta: ganha quem tiver a melhor cunha.

(Quanto à Secção Criminal do Supremo nem vale a pena falar. Os Juizes são escolhidos a dedo pelo Governo para chancelarem, pura e simplesmente, os crimes dos Plenários e da PIDE e as suas hediondas medidas de segurança").

Há situacionistas especializados em meter cunhas, como um tal Dr. Borges de Pinho, que apresentou já uma conta de honorários de dois mil e tal contos, por "cunhas" que tinha metido no Supremo, através do Dr. Aibino dos Reis e do Cardeal Cerejeira. Foi obrigado a sair da Ordem dos Advogados, em consequência dessa desonestidade criminoso, mas a Governo não consentiu que elle fosse processado criminalmente, para evitar o escandalo...

A Ditadura é alérgica aos Juizes honestos, sobretudo se eles não são fascistas. O Dr. Sousa Monteiro era um Juiz independente e imparcial, nunca exteriorizando as suas convicções políticas. Mas é de formação liberal: é filho dum Ministro da Justiça da República e primo do Dr. Eduardo de Sousa Figueiredo, agora preso nas masmorras da PIDE por ordem do Governo, em represália do seu liberalismo e da sua coregem, recentemente ainda revelados na subscrição do "Programa de Democratização da República" e na entrevista que com o Presidente Tomás teve no mês de Fevereiro, conjuntamente com o Prof. Azevedo Gomes e o Dr. Arcácio Couveia, que continua também encarcerado. Em representação de um sector oposicionista advertiam o Presidente Tomás das catastróficas consequências da política cega de Salazar, e tornaram óblice essa advertência através de um "Comunicado" ao país. Salazar não esquece, não perdoo e vingou-se.

O actual Ministro da Justiça no seu discurso de 26 — Nov. — 1957 revelou que a maior parte dos diplomados em direito que ingressam na carreira judicial se recrutam entre os de mais baixa classificação, ao ponto de, dos cento e vinte delegados nomeados nos últimos três anos, cerca de metade não ter atinido sequer os doze valores da classificação universitária.

Esses são os Juizes que Salazar quer: fracos e sicários. Quem não se conforma com os seus desejos é corrido.

Só a Democracia pode restituir à Justiça a sua indispensável INDEPENDÊNCIA E DIGNIDADE.

(Tribuna Livre, n.º 3)

bou-o à família e enterrou-o às escondidas em Benfca), o povo protesta e clama: "Assassinos, assassinos, entreguem o corpo à família".

Chegam as 16 horas e o número de pessoas aumenta continuamente. Quantas pessoas serão? É difícil calcular. Cacilhas é um mar de gente e a fila humana estende-se para Almada. Fala-se em 10 mil mas depois das 17 horas calcula-se que os manifestantes eram mais de 20 mil.

É contra essa pacífica multidão que, inesperadamente, se lança com fúria todo o aparato bélico e repressivo concentrado em Almada. Com uma bestialidade poucas vezes vista os verdugos do povo utilizam os cavalos, as coronhas das espingardas, as baionetas, as espadas. O povo, as mulheres e até as crianças, são espancados selvaticamente e os ramos de flores arrancados das mãos e espezinhados com ódio.

O povo é forçado a dispersar-se, mas volta a concentrar-se em diversos lados e protesta indignadamente. Depois das 17 horas, quando os restantes trabalhadores saíram das fábricas, todo o comércio fechou e a quase totalidade de população veio para a rua. Almada era um mar de gente. Toda a população participa nesta heróica luta. Canta-se o Hino Nacional, dão-se vivas à liberdade, à democracia, exige-se amnistia, "abaixo Sa'azar" e grita-se: "Bandidos, assassinos, em breve pagarão todos os vossos crimes".

As manifestações de massa desenvolvem-se e estendem-se simultaneamente por diversos lados. Quando o povo se encontra em ruas alcatroadas onde nada tem para se defender, recua e foge das forças repressivas. Mas quando chegam a locais onde há pedras (as munições das massas), as pedras que até crianças atiram chovem sobre as forças policiais, o povo desafia mesmo as forças repressivas, mas estas não aceitam o desafio. Em certa altura, na Avenida Afonso Henriques, uma das principais artérias da vila, uma multidão de 1.000 pessoas ou mais faz parar todo o trânsito e, numa comovente homenagem à memória do operário assassinado, faz ali mesmo 2 minutos de silêncio.

À noite, a luta heróica do povo continua e organizam-se, em Almada e na Cova da Piedade, duas novas manifestações com mil pessoas em cada uma delas.

A luta não terminou, ela continuará. Quando na luta pela liberdade um povo dá tais exemplos de valentia e heroísmo, a conquista da democracia não virá numa época longínqua, mas num futuro que não será longo.

## Condenada Fernanda Tomas

O Tribunal Plenário de Lisboa, em julgamento feito no dia 29 de novembro passado, condenou por atividades subversivas a patriota portuguesa FERNANDA PAIVA TOMAZ, de 32 anos de idade, a 8 anos de prisão seguidos da perda de direitos civis e políticos durante 15 anos.

## Salvemos Maria da Piedade

Renovamos a divulgação de um patético apelo para que, se interceda junto da Cruz Vermelha Internacional e outras organizações similares, no sentido de exigirem à Polícia Política do governo Salazar que faculte a visita à "enfermaria" do estabelecimento prisional onde se encontra em risco de vida e sem assistência alguma, a patriota portuguesa MARIA DA PIEDADE GOMES DOS SANTOS e que um médico escolhido por essa Cruz Vermelha e perante ela responsável superintenda o tratamento que o estado de saúde dela exige.



Este Boletim, separata do numero de janeiro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comitê dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e dêste jornal.

## DÉCLARATION

Depuis 35 ans, subsiste au Portugal un régime qui fait condamner par des tribunaux ses adversaires politiques de toute tendance, qui les maintient de longues années, souvent dix, quinze et vingt ans, dans ses prisons où ils sont soumis à un régime inhumain. Les condamnations sont prolongées par des peines complémentaires, dites « mesures de sécurité », dont les peines sont appliquées sur les indications de la police politique. Beaucoup des meilleurs valeurs de la science et de l'art portugais sont forcés à l'exil.

Tenant compte de cette situation, de nombreuses personnalités de l'Europe et de l'Amérique ont signé des déclarations recommandant la réalisation en Europe Occidentale d'une Conférence pour l'Amnistie aux emprisonnés et exilés politiques portugais.

En accord avec ces initiatives, dans le but de contribuer à l'amnistie de tous les emprisonnés et exilés politiques portugais, nous proposons la tenue d'une « Conférence des pays de l'Europe Occidentale pour l'amnistie aux emprisonnés et exilés politiques portugais » qui pourrait se tenir au printemps 1962.

SIGNATURES	TITRES	ADRESSE

Este é o fac-símile da Declaração, na essência uma convocatória, que, em grande numero de cópias está sendo subscrita por altas personalidades européias, e que traduzimos:

"Há já trinta e cinco anos que subsiste em Portugal um regime que faz condenar, pelos tribunais, os adversários políticos de qualquer tendência; que os mantém encarcerados, longos anos (com frequência dez, quinze e vinte anos), em prisões onde são submetidos a um regime desumano. As condenações são prolongadas mediante penas complementares, ditas "medidas de segurança", aplicadas por indicação da polícia política. Muitos dos melhores valores portugueses da ciência e da arte são forçados a exilarem-se.

Tendo em conta essa situação, numerosas personalidades da Europa e da América subscreveram declarações recomendando a realização na Europa Ocidental de uma conferência para a Anistia aos presos e exilados políticos portugueses.

De acordo com essas iniciativas, e no objetivo de contribuir para a anistia de todos os presos e exilados políticos portugueses, nós propomos que se realize uma "Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses", que poderia ter lugar na primavera de 1962."